



Desenvolvimento em Questão

ISSN: 1678-4855

davidbasso@unijui.edu.br

Universidade Regional do Noroeste do
Estado do Rio Grande do Sul
Brasil

Ferreira de Freitas, Alair; Presno Amodeo, Nora Beatriz; Ferreira de Freitas, Alan
MECANISMOS SOCIAIS NA REGULAÇÃO DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS EM
COOPERATIVAS DE CRÉDITO

Desenvolvimento em Questão, vol. 14, núm. 33, enero-marzo, 2016, pp. 267-300

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
Ijuí, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75243198010>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

MECANISMOS SOCIAIS NA REGULAÇÃO DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS EM COOPERATIVAS DE CRÉDITO

Alair Ferreira de Freitas¹

Nora Beatriz Presno Amodeo (*in memoriam*)²

Alan Ferreira de Freitas³

Resumo

Tomando como objeto de estudo as cooperativas de crédito rural do sistema Ecosol em Minas Gerais, este artigo buscou analisar, por meio de um estudo de caso qualitativo, como mecanismos sociais interferem na operacionalização de serviços financeiros nestas organizações. Confiança, reputação e redes sociais, mobilizadas para o monitoramento e controle do crédito nas cooperativas, assumem a forma de estruturas de governança, concepções de controle e normas de transação que permitem aos atores construir padrões de relacionamento financeiro. A proximidade é uma característica considerável que permeia as dinâmicas relacionais nestas organizações e de suas interações nos mercados.

Palavras-chave: Redes sociais. Confiança. Crédito. Cooperativa.

SOCIAL MECHANISMS IN REGULATING OF CREDIT IN CREDIT UNIONS

Abstract

Taking as object of study the rural credit unions Ecosol system in Minas Gerais, this paper sought to examine, through a qualitative study, how social mechanisms interfere in the operation of financial services these organizations. Trust, reputation and social networks deployed to monitor and control credit unions, take the form of governance structures, conceptions of control and standards for transactions that allow actors to construct patterns of financial relationship. Proximity is a characteristic significant relationship dynamics that permeates these organizations and their interactions in markets.

Keywords: Social networks. Trust. Credit. Cooperative.

¹ Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Extensão Rural e Graduado em Gestão de Cooperativas pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Professor da Universidade Federal de Viçosa (UFV). alairufv@yahoo.com.br

² Doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA-UFRRJ). Professora-adjunta da Universidade Federal de Viçosa (UFV). npresno@ufv.br. Falecida em fevereiro de 2015, em Viçosa, MG.

³ Doutorando e mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Professor-assistente da Universidade Federal de Viçosa (UFV). freitasalan@yahoo.com.br

O cooperativismo é considerado um importante instrumento de organização social e econômica. As cooperativas mostraram-se, ao longo da História, inseridas em quase todos os tipos de mercados e segmentos econômicos. Uma de suas grandes expressões está no mercado financeiro. O cooperativismo de crédito é um dos ramos mais dinâmicos do cooperativismo no mundo inteiro. Desde a sofisticação das operações à capilaridade que possuem no mercado, alcançando públicos antes nunca atendidos por outras instituições financeiras, esse ramo aporta experiências emblemáticas de sucesso empresarial e de inclusão financeira. As denominadas cooperativas de crédito solidárias, especialmente no meio rural, são experiências singulares neste sentido. Elas se inserem no movimento da chamada economia solidária no Brasil.⁴ Essas organizações nasceram e se edificaram sobre as lutas políticas e demandas concretas da agricultura familiar,⁵ buscando interfaces diretas entre a sustentabilidade econômica e a solidariedade social, na tentativa de tornar o crédito um instrumento efetivo para a inclusão social e financeira.

Esse tipo de cooperativa emerge como uma tentativa de recuperar o potencial do cooperativismo de crédito junto aos segmentos econômicos excluídos do sistema financeiro tradicional. Nesse sentido, o movimento mostra um caráter “alternativo” ao cooperativismo de crédito “tradicional”. A inovação que este modelo de cooperativa de crédito rural concebe está na sua busca estratégias mais adequadas para atuar com um público desprovido de garantias de renda e bens patrimoniais. Sua distinção reside no fato de

⁴ A Economia Solidária parte do princípio de organização administrativa autogestionária, baseada em um ideal de democracia econômica e gestão coletiva que é incorporada no cotidiano operacional. Valores como a solidariedade, cooperação, autonomia e ajuda mútua são componentes fundamentais e estruturantes das formas de organização dos empreendimentos econômicos solidários (Coraggio, 2000; França Filho; Laville, 2004; Singer, 2003).

⁵ De acordo com a Lei nº 11.326/2006, caracteriza-se como “agricultor familiar” aquele que pratica atividades no meio rural e atende simultaneamente aos seguintes requisitos: (i) não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; (ii) utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; (iii) tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; (iv) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

elas serem uma tentativa de fortalecer a luta política dos agricultores e, ao mesmo tempo, lidarem com a formação de uma racionalidade econômica na gestão das transações financeiras.

O movimento que deu origem a este tipo de organização floresceu no período de redemocratização do país, entre os anos 80 e 90, protagonizado por movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores rurais e setores vinculados à Igreja Católica. Estava em pauta nas mobilizações a exclusão financeira da agricultura familiar, a falta de políticas de crédito rural específicas para o segmento e a “bancarização das cooperativas de crédito”, representando um movimento histórico de vinculação dessas cooperativas a uma estrutura centralizada e excludente, especialmente quando acopladas a cooperativas agroindustriais (Búrigo, 2006, 2007).

A experiência do Sistema Nacional de Cooperativas de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária em Minas Gerais (Sistema Eco-sol/MG), dentre várias outras existente no Brasil, é a referência empírica deste trabalho, mobilizada especialmente pelas suas particularidades na operacionalização do crédito e pela novidade que representam no Estado com suas duas cooperativas e seus quatro postos de atendimento aos cooperados. Essas organizações buscam o objetivo de transformação social e não apenas de acesso a serviços financeiros e, portanto, procuram não subordinar suas estratégias a uma lógica de mercado que visa à lucratividade acima de qualquer outro ideal.

São cooperativas formadas exclusivamente por agricultores familiares, que são os cooperados e também gestores da organização financeira. O quadro social das cooperativas possui um grande número de agricultores que não detêm a propriedade da terra e que trabalham em parceria com os proprietários. Constituem um público de baixa renda que figurou historicamente como excluído das políticas governamentais de crédito rural e do circuito financeiro tradicional. Em sua área de atuação, portanto, essas

cooperativas alcançam uma capilaridade importante, estendendo os serviços financeiros a essa parcela do mercado pouco visada por outras organizações do mesmo setor.

Nesse sentido, buscando compreender como este tipo de organização financeira atua com um segmento econômico de baixa renda, questiona-se: Que tipo de regulação do crédito é operado por essas organizações no atendimento de seu quadro social? Considerando esta indagação central e outras correlatas, definiu-se como objetivo geral analisar como mecanismos sociais interferem na operacionalização dos serviços financeiros nas cooperativas de crédito rural solidárias em Minas Gerais. Não se trata, portanto, de uma análise específica sobre a regulação das transações financeiras ou de um dimensionamento dos aspectos e impactos dos riscos no fornecimento de crédito, mas de compreender como a regulação está enraizada em relações sociais e é por elas condicionada.

Os argumentos que serão aqui trabalhados buscam oferecer subsídios para interpretar o fenômeno, mas nem de longe explicar toda a complexidade que o cerca. O percurso analítico seguirá um recorte arbitrariamente definido, partindo do pressuposto de que existe uma lógica muito singular que conduz as operações de crédito e que ela possui fundamentos sociais, tornando-se uma chave explicativa deste modelo de organização e sua atuação com um público de baixa renda. O recorte analítico estabelecido toma como unidade de análise as operações financeiras e não a organização cooperativa em si, justificando o aporte teórico aqui estruturado.

Para desenvolver essa discussão este artigo está dividido em quatro partes, além desta introdução. Na próxima seção são apresentados fundamentos teóricos que embasam a análise empírica, a partir da abordagem da nova sociologia econômica, posto que o foco da análise são os mecanismos sociais subjacentes às operações financeiras, e que as regulam. Em seguida são apresentados os aspectos metodológicos da pesquisa, descrevendo seu caráter exploratório e qualitativo na realização de um estudo de caso do

sistema Ecosol em Minas Gerais. O item subsequente analisa a regulação social do crédito nas cooperativas. Por fim, no último item, são apresentadas as principais conclusões deste trabalho.

Fundamentação Teórica

Como fundamento teórico definiu-se a Nova Sociologia Econômica (NSE),⁶ uma perspectiva teórica que busca explicações sociológicas para os fenômenos econômicos, principalmente de um ponto de vista microanalítico, dando relevo aos atores e, sobretudo, às relações sociais. Está no cerne da NSE analisar a construção social e a origem histórico-social dos fenômenos econômicos e dos mercados. Diferentemente de abordagens baseadas no individualismo metodológico, a NSE sublinha as relações entre os atores e seu papel na mediação de ações econômicas e na modelagem das instituições. Optou-se por esta perspectiva por se considerar que ela pode ajudar a entender o papel dos laços sociais e das formas de controle social sobre a atividade financeira no caso estudado.

Uma das premissas consideradas nos modelos de análises da NSE é conceber as motivações não econômicas como pressuposto do comportamento econômico. Fukuyama (1996), por exemplo, advoga sobre esta questão, afirmando que a lei, os contratos e os interesses individuais fornecem uma base necessária, mas insuficiente para estabelecer a estabilidade e o desenvolvimento das sociedades pós-industriais. Para este autor, elementos como confiança, reciprocidade e obrigações morais são considerados mecanismos sociais que interferem diretamente na economia. Considerar tais mecanismos na análise não se trata de um anacronismo numa sociedade moderna, mas de condições fundamentais para o desenvolvimento das atividades econômicas.

⁶ Adota-se aqui a expressão “Nova Sociologia Econômica” que, segundo Swedberg (2004), foi cunhado por Mark Granovetter numa conferência pronunciada na Associação Norte-Americana de Sociologia, em Washington, em 1985. O autor contrastava aí a moderna sociologia econômica com a “velha sociologia econômica” dos anos de 1960 (Parsons, Moore, etc.).

Na NSE, datada principalmente a partir dos anos 80, Mark Granovetter emerge como um dos mais expressivos autores. Ele defende que a maior parte do comportamento humano (inclusive as atividades econômicas) encontra-se profundamente enraizado (*embedded*) em redes sociais (Granovetter, 1985), mesmo nas sociedades pós-industriais. Esta perspectiva gera subsídios essenciais para compreender, de acordo com Fligstein (2003), que os atores envolvem-se em ações sociopolíticas e constroem culturas locais que orientam a sua interação numa trama de relações concretas e contextualizadas.

A perspectiva de Granovetter descortina a dimensão relacional da sociedade ao enfatizar as redes sociais como categoria analítica na interpretação dos fenômenos econômicos. Para Steiner (2006, p. 41), esta perspectiva “[...] propõe uma descrição original do alicerce social das relações mercantis; da mesma forma, desponta como uma configuração irrepreensível das relações sociais que garantem a articulação entre os agentes no mercado”.

Para importantes autores da NSE (Granovetter, 1985, 1991; Steiner, 2006; Smelser; Swedberg, 1994; Swedberg, 2004), uma das principais conclusões é que as redes de relações sociais modificam a regulação econômica. O uso das redes sociais como instrumento analítico emerge como auxílio na interpretação das dinâmicas e padrões de interação entre indivíduos e grupos sociais. Segundo Marques (2007), é possível reconhecer ao menos três tipos de análise sobre redes sociais, que o autor parece relacionar no âmbito de uma abordagem morfológica. O primeiro investiga as implicações das posições dos atores nas redes sobre certos fenômenos; o segundo tipo de análise focaliza os efeitos da estrutura de rede sobre os fenômenos em dadas situações e o terceiro foca nos tipos de estrutura e suas implicações para determinados fenômenos. Em todos os tipos de análises, porém, é preciso considerar, como argumenta Marques (1999), que as redes moldam as ações e as estratégias, mas que estas também as constroem e reconstróem continuamente, configurando um processo dinâmico baseado numa relação dialética entre as estruturas sociais e as ações dos atores.

De acordo com Granovetter (1973), redes sociais são compostas por diferentes tipos de vínculos entre os atores, que podem se distinguir em laços fortes ou fracos, de acordo com a intensidade da ligação. Para este autor (1973, p. 1361, tradução nossa), “[...] a força de um laço é uma combinação (provavelmente linear) de tempo, intensidade emocional, intimidade (confiança mútua) e os serviços recíprocos, os quais caracterizam esse laço”. Laços fracos (*weak ties*) são aqueles vínculos definidos por pouca frequência nos contatos (colegas, amigos dos amigos, conhecidos, etc.), mas que oferecem às pessoas acesso a informações e recursos além daqueles disponíveis em seu círculo social mais próximo. Os laços fortes são formados por relações de maior frequência e com maior proximidade no círculo de convívio mais íntimo (pais, filhos, cônjuges e amigos), e por isso oportunizam acesso a informações mais redundantes (Granovetter, 1973, 1983).

Outros estudos alegam que existe certo nível de solidariedade que vincula os membros de uma rede social (Ferrary, 2003), não centralizando a abordagem em perspectivas de ênfase estruturalista e concebendo as redes a partir da natureza das relações sociais, ressaltando seu dinamismo. A solidariedade é expressa na natureza do conteúdo que flui (informações, afeições e recursos), pois pode alterar a natureza das próprias trocas (materiais ou imateriais) efetuadas ao longo da rede. O enfoque nas redes sociais pode permitir, conseqüentemente, descrever e explicar as interações entre os indivíduos, vínculos entre organizações e as relações no interior de grupos, além de revelar como as trocas realizadas são influenciadas pela própria rede.

Um conceito bastante operacional de rede social é apresentado por Castilla et al. (2000, p. 219, tradução nossa), definindo-a como “[...] um conjunto de ‘nós’ ou atores (pessoas ou organizações) ligados por relações sociais ou vínculos de um tipo específico”. Nesse sentido, as redes de relações sociais têm sempre força e conteúdo, que podem incluir informações, conselhos, amizade, interesse partilhado e algum nível de confiança. Acredita-se que o nível de confiança na relação é crucial para a permanência de um indivíduo e para a coesão de uma rede social.

Analisando o papel das redes sociais em atividades financeiras na França, especificamente empréstimos por meio de bancos, Ferrary (2003) argumenta, corroborando os pressupostos de Castilla et al. (2000), que “[...] um grupo de indivíduos, entre os quais a frequência da interação econômica e a densidade das relações sociais reduzem o risco moral, diferenciando membros desonestos de membros honestos” (p. 679, tradução nossa). Para o autor, as redes sociais apresentam duas características principais: a primeira é similar ao aspecto estrutural apontado por Castilla et al. (2000), em que a informação que diz respeito aos seus membros circula muito depressa e os efeitos da reputação se disseminam rapidamente entre eles. A segunda é a existência de uma forte solidariedade entre seus membros, de forma que interagir com um dos membros pode equivaler a interagir com toda a rede. Estas duas dimensões combinadas (relacional e estrutural) refletem a transitividade das redes sociais (eu confio em X, que não conheço, porque Y, que eu conheço, confia em X). Tal característica reforça e mantém a rede social, multiplicando as relações interpessoais e reforçando vínculos. A transitividade nas redes, contudo, é tanto maior quanto maior for a proximidade da relação (laços fortes possuem maior transitividade que laços fracos).

Uma discussão profícua da NSE tem sido a análise sociológica dos mercados, concebidos como construções sociais e vistos como a interconexão de redes sociais. Como admite Abramovay (2004), o objetivo da NSE é mostrar que a dinâmica dos mercados é determinada por vínculos sociais concretos e localizados e que, portanto, a maneira como as interações sociais ocorrem condiciona as formas de regulação dos mercados. Essa abordagem faz apelo à subjetividade dos agentes econômicos e à história pela qual os mercados se formam e se transformam. Desse modo, é possível entender que os mercados nos territórios rurais resultam de formas específicas de interação social, dependendo da capacidade dos indivíduos, empresas e organizações locais de estabelecerem relações dinâmicas, capazes de valorizar os recursos específicos de que dispõem, suas tradições, valores e conhecimentos (Abramovay, 2000). A regulação dos mercados nesta concepção não

se realiza apenas mediante contratos ou outros tipos de mecanismos formais e burocráticos, mas considera elementos intangíveis, como a reciprocidade e a confiança, considerados mecanismos sociais de regulação da atividade econômica.

Como um elo para as redes sociais, a confiança torna-se fundamental na construção das organizações e na operacionalização de atividades financeiras. A manifestação da confiança pelos atores econômicos ocorre principalmente quando, em situações de baixa informação e incerteza, expõem-se apesar disso aos riscos, porque têm razões para acreditar que os atores com quem transacionam não tirarão proveito desta oportunidade (Locke, 2001). Segundo Gambetta (1988), a confiança parte de uma predisposição dos atores em situações de incerteza, ao sustentarem expectativas positivas sobre os comportamentos futuros dos outros atores com quem se relacionam.

Sob uma perspectiva sociológica pode-se constatar que a confiança é resultado de um processo de longo prazo, construído por interações contínuas, em contextos históricos de relacionamento.⁷ Para que a confiança se perpetue é preciso que ela seja constantemente posta à prova, que ela seja “exercitada” e não caia em desuso. Diferentemente do capital financeiro ou físico, a confiança cresce com seu uso, ao invés de diminuir.⁸

No que respeita a sua funcionalidade nas transações econômicas, a confiança associa-se à noção de controle. Apesar de compor também uma dimensão subjetiva do ator, a confiança é objetivada nas relações econômicas como um mecanismo de regulação, seja na efetivação de contratos informais ou na continuidade de parcerias econômicas e contratos formais.

⁷ A confiança, no entanto, não elimina comportamentos oportunistas ou o rompimento das expectativas positivas dos atores, pois confiar pressupõe a exposição e esta vulnerabilidade pode resultar em consequências danosas a alguma das partes.

⁸ Alguns autores definem a confiança como um capital social (Fukuyama, 1996), entretanto não será aprofundada aqui a discussão da noção de capital social, apesar de sua importância teórica. Tendo em vista a complexidade de se discutir e delimitar um conceito de capital social, devido especialmente à amplitude e diversidade de abordagens sobre o tema, optou-se por não aprofundar, e sim tratar paralelamente dois conceitos que, com frequência, aparecem como atributos do capital social: as redes sociais e a confiança.

Assim, confiança como forma de controle [social] atua no condicionamento da ação econômica (Granovetter, 1985), tornando os atores mais suscetíveis a transações com parceiros que julgam confiáveis. Nas relações de troca, a confiança cumpre o papel de controle ao contribuir para mitigar comportamentos oportunistas, dado que estes interferem na reputação e, por conseguinte, na continuidade das relações.

Isso posto, os contextos das relações econômicas é que vão definir a utilidade da confiança ou do uso mais intenso de contratos formais. Existem contextos em que poderiam ser eliminadas totalmente as formas instrumentais e institucionais de controle em favor de relações puramente regidas pela confiança ou contextos estritamente regidos sem interferência alguma de relações de confiança (Kirschbaum, 2010). A dialética entre confiança e controle no comportamento econômico propõe como menciona o autor, que não sejam tratadas como variáveis competitivas, mas como dimensões interdependentes das transações.

Diante dessas constatações, argumenta-se que em contextos nos quais há um alto nível de confiança entre os atores é possível diminuir o grau de controle formal sobre as transações, reduzindo os custos oriundos dos instrumentos formais de coordenação e monitoramento (Kirschbaum, 2010). Esta perspectiva mostra possibilidade de que a governança em alguns arranjos econômicos considere mecanismos sociais de controle funcionalmente aplicáveis à coordenação das transações e à diminuição dos custos de transação e dos riscos financeiros.

Como assinala Gambetta (1988), confiança e boa reputação podem promover condições favoráveis à honestidade e à cooperação, gerando assim uma economia dinâmica. A reputação, na condição de elemento constituinte da confiança, pode ser considerada um ativo intangível das relações econômicas, pois sua perda pode incorrer em custos para os atores, especialmente populações de baixa renda, na medida em que limita a confiança e exige a intervenção de mecanismos formais (e mais custosos) de controle.

Para Ferrary (2003), métodos instrumentais e objetivos de avaliação de risco destinados a reduzir incertezas são insuficientes para prevenir com eficiência os riscos assumidos pelos agentes financeiros nas suas atividades finais. Ao contrário, torna-se necessária uma avaliação social do risco, fundamentada na captação de informações por meio de relações informais baseadas na confiança e nos contatos interpessoais. Esta hipótese ancora-se nos pressupostos da sociologia econômica, e considera que a governança não se limita a mecanismos objetivos e formais de regulação, mas deve levar em conta mecanismos sociais, subjacentes à gestão financeira.

Esta abordagem possibilita compreender se as cooperativas de crédito incorporam mecanismos sociais na regulação e controle das operações financeiras ou se, ao contrário, eles pouco interferem nas transações, reguladas por garantias patrimoniais e disposições contratuais (que não excluem a confiança, mas lhe alteram o sentido). Essa observação sobre a funcionalidade dos mecanismos sociais citados permite dar sentido rigoroso à ideia de enraizamento social da atividade financeira e compreender a dinâmica social sobre a qual se edifica a dinâmica financeira de operacionalização do crédito para agricultores familiares.

Metodologia

Optou-se por uma pesquisa exploratória, de natureza qualitativa. Empregou-se como estratégia de pesquisa o estudo de caso, visando a compreender o caso das cooperativas de crédito rural vinculadas ao sistema Ecosol em Minas Gerais. Como instrumentos de coleta de dados foram utilizadas a observação não participante, as entrevistas semiestruturadas e a pesquisa documental. A coleta de dados da pesquisa foi realizada nos meses de agosto e setembro de 2010.

Os documentos coletados e analisados foram relatórios e registros produzidos no âmbito de atuação das cooperativas e documentos de normatização e controle interno, buscando evidenciar as disposições contratuais que

regem as operações financeiras e sistematizações de reuniões sobre avaliações de crédito e planejamento dos serviços financeiros. A observação efetivou-se em 15 ocasiões de reunião do sistema Ecosol/MG e das organizações parceiras, principalmente em planejamentos, reuniões do comitê de crédito (que avalia a liberação dos empréstimos) e em dias de liberação de empréstimos nas sedes das cooperativas,⁹ visando a acompanhar a rotina das operações financeiras e as interações entre os cooperados e diretores na execução e regulação destas operações. Todas as observações foram registradas em um diário de campo, que se tornou um importante instrumento de coleta de dados, anotando-se as falas, comportamentos e atitudes que sinalizavam a relações sociais subjacentes às operações financeiras.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas por meio de três roteiros distintos, direcionados a cooperados, dirigentes das cooperativas e dirigentes da Base de Serviços Ecosol/MG,¹⁰ por representarem níveis diferentes de interação com o cotidiano operacional das organizações. Os roteiros exploraram principalmente a maneira pela qual os cooperados e diretores interagiam no processo de concessão e regulação dos empréstimos e como a natureza dessas interações imprimiam características particulares a esse processo. A seleção da amostra levou em consideração os critérios de acessibilidade (facilidade de acesso aos informantes) e exaustão (repetição e reincidência das informações), sendo assim, critérios não probabilísticos (Vergara, 1998). Foram realizadas, no total, 39 entrevistas com cooperados e dirigentes, dos quais 9 não foram gravadas por solicitação dos entrevistados.

A etapa de organização e análise dos dados foi orientada pelo método de análise de conteúdo e buscou a triangulação entre as técnicas de coleta de dados. Segundo Laville e Dionne (1999), a análise de conteúdo não segue etapas rígidas e predeterminadas, propondo uma reconstrução

⁹ Os empréstimos nas cooperativas do sistema Ecosol são disponibilizados mediante agendamento. Devido à limitação de recursos para serem emprestados, os empréstimos precisam ser planejados e antecipadamente requeridos pelo cooperado na sede da cooperativa.

¹⁰ A Base de serviços Ecosol/MG possui formato legal de associação e tem a função de dar suporte operacional às cooperativas, desde assessoria contábil à articulação política.

simultânea de um conteúdo mediada pelas percepções do pesquisador. Após a transcrição completa das entrevistas, deu-se início à etapa de organização da análise (Bardin, 2009), realizando uma leitura vertical de cada entrevista, seguida de sua releitura, ou seja, as entrevistas foram analisadas inicialmente de forma individual a partir de uma leitura integral do texto transcrito, desde as respostas iniciais até as finais. O objetivo dessa leitura vertical foi apreender ao máximo os traços específicos do conteúdo. Em seguida, os entrevistados foram classificados por siglas referentes ao seu município de origem (Espera Feliz – EF; Tombos – T;¹¹ Simonésia – S; Araponga – A) e pelo número ordinal de entrevista (por exemplo, o primeiro entrevistado de Espera Feliz – 1EF).

Após essa classificação foi efetuada uma leitura horizontal de cada questão em todas as entrevistas e do caderno de campo, organizando e classificando os fragmentos das respostas por temas, operando a etapa de codificação, agrupando elementos em função de sua significação (Bardin, 2009). Essa reorganização buscou recortar o conteúdo seguindo uma proximidade de sentido, contendo fragmentos do discurso e ideias temáticas. Em seguida deu-se o processo de categorização, que reuniu um grupo de temas sob um título genérico, agrupados em virtude de características comuns entre eles. A definição das categorias analíticas seguiu o “modelo misto” (Laville; Dionne, 1999), com algumas sendo modificadas e complementadas a partir do que a análise do material empírico apresentou. Partindo da análise dos dados da pesquisa, e diante dos objetivos propostos para este artigo, foram definidas as seguintes categorias analíticas: (i) proximidade com o quadro social; (ii) admissão de cooperados, (iii) contatos face a face e relações interpessoais, (iv) análise do risco e concessão do crédito, e (v) o aval solidário. Tais categorias, portanto, só foram definidas a partir dos dados coletados, mas com referência ao marco teórico da pesquisa. Elas serão desenvolvidas a seguir.

¹¹ Os entrevistados do PAC Catuné estão inseridos na classificação de Tombos, pois trata-se do mesmo município.

A análise dos dados ocorreu de forma comparativa, para cada categoria constituída, de forma que pudesse ser realizado o cotejo das informações e verificar o potencial analítico de cada categoria em relação aos propósitos da pesquisa. As categorias foram descritas e analisadas separadamente, apenas para elucidar o tratamento de seu conteúdo para analisar os mecanismos sociais na operacionalização do crédito, mas encontram-se inter-relacionadas e imbricadas na dinâmica das operações financeiras. À medida que se faziam constatações empíricas a partir das categorias, foram construídas relações com os conceitos que orientavam a pesquisa, buscando uma discussão consonante com os objetivos propostos.

O Sistema Ecosol em Minas Gerais

O sistema Ecosol no estado de Minas Gerais, Brasil, emerge de bases sociopolíticas bem definidas. A atuação da Igreja Católica por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) representou um movimento basilar na trajetória dessas organizações. As CEBs consistiam na formação de grupos de vizinhança e parentesco, especialmente no meio rural, que se reuniam e se organizavam em comunidades para realizar reflexões sobre a realidade local, para modificá-la a partir das práticas sociais e dos valores religiosos. Este movimento era protagonizado pela necessidade de conscientização, organização e emancipação das classes populares.

As práticas sociais e religiosas advindas das CEBs geraram um grau de mobilização popular e proporcionaram um processo cumulativo de amadurecimento político e organizativo no meio rural, tomando como referência territorial as comunidades e suas inter-relações. Diante dessa afirmação é que o movimento das CEBs, como destaca Petrini (1984), ganha conotação sociopolítica e supera um estilo paroquial de repetição cíclica e monótona do catolicismo tradicional, às vezes reservado e individualista, passando para práticas construtivistas e interacionistas no âmbito das comunidades rurais. A partir desta experiência surgiram os sindicatos de trabalhadores

rurais, como entidade política de defesa da categoria, em busca de autonomia e representação. É desse substrato social que emergem as concepções e formas organizativas que se materializam nas cooperativas de crédito do sistema Ecosol/MG.

O sistema Ecosol surgiu por iniciativa da Central Única dos Trabalhadores (CUT) mediante uma política de fomento ao crédito para trabalhadores instituída por sua Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS). Em parceria com sindicatos de todo o Brasil, a ADS iniciou um processo de constituição de uma organização central de crédito, formada por cooperativas de crédito sem vinculação a algum sistema ou descontentes com os sistemas aos quais estavam vinculadas. As cooperativas eram discutidas sob os princípios de uma economia solidária, buscando nova lógica para os serviços financeiros e o atendimento de um público até então excluído do escopo das instituições financeiras tradicionais.

As cooperativas do sistema Ecosol/MG também tiveram alicerces numa série de mobilizações sociais iniciadas em 2002, como desdobramento do movimento político da agricultura familiar, conduzidas principalmente pelos sindicatos de trabalhadores rurais (STRs). As experiências de crédito rotativo desenvolvidas na região com o apoio do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata Mineira (CTA/ZM) antecederam as cooperativas e se tornaram fator relevante para sua constituição. Passados aproximadamente dois anos de mobilizações e experiências foram formalizadas duas cooperativas em Minas Gerais: uma no município de Araponga (Ecosol Araponga), em novembro de 2004, e outra no município de Tombos (Ecosol Zona da Mata e Leste de Minas – Ecosol ZM), em fevereiro de 2005. Após a constituição das cooperativas criou-se uma base de serviços da Ecosol/MG (com formato legal de uma associação), que tem a função de lhes dar suporte técnico.

Em meados de 2010 permaneciam apenas essas duas cooperativas em Minas Gerais, mas a cooperativa sediada em Tombos expandiu-se e criou Postos de Atendimento Cooperativo (PACs) no distrito de Catuné e nos municípios de Espera Feliz, Simonésia e Divino. Já a cooperativa de

Araponga é restrita a este município. Esta foi constituída com uma limitação estatutária que permitia somente aos integrantes do STR local se associarem à cooperativa. Para conseguirem atingir a meta de crescimento pactuada com o Banco Central do Brasil, no entanto, foi necessário extinguir essa restrição e abrir o quadro social a qualquer agricultor familiar do município.

Estas cooperativas possuem sua gestão autônoma, com um Conselho Administrativo composto apenas por agricultores familiares cooperados e eleitos em assembleia geral. A fiscalização e o controle das cooperativas são realizados por um Conselho Fiscal (também composto por agricultores cooperados), pela Ecosol Central mediante auditorias, e pela Base de Serviços Ecosol/MG.¹² A gestão, portanto, é realizada pelos próprios agricultores familiares.

Para um sócio acessar o crédito nas cooperativas Ecosol/MG, o primeiro critério era respeitar a disponibilidade e o limite estatutário, que define um valor de no máximo 10 vezes o valor do capital integralizado, que deveria ser, no mínimo, R\$ 100,00. Ainda há a necessidade de apresentar um avalista para empréstimos acima de R\$ 300,00 na Ecosol ZM e R\$ 500,00 na Ecosol Araponga. Para empréstimos até R\$ 1.000,00 é necessária a aprovação por no mínimo dois diretores. Para valores acima de R\$ 1.000,00 na Ecosol ZM é necessário apresentar dois avalistas, o que na Ecosol Araponga é exigido para empréstimos acima de R\$ 2.000,00. Para avaliação do crédito nestes últimos valores existe também um comitê de crédito, formado por cooperados de diferentes localidades, responsável por avaliar em conjunto com o diretor financeiro da cooperativa a pertinência da liberação do crédito. Este comitê avalia os riscos da liberação, julgando a viabilidade dos investimentos e a capacidade de pagamento do sócio, e seu parecer positivo é condição para a liberação dos empréstimos.

¹² Para tornar a leitura do texto mais fluida a Base de Serviços Ecosol/MG será chamada a partir de agora apenas de “Base Minas”.

O Ecosol/MG alcançou, em julho de 2010, o número de 1.549 sócios, que mantinham depositados nesse período R\$ 649.591,65, e R\$ 428.003,50 estavam emprestados. São números modestos para uma organização financeira, mas quando contextualizados para a realidade de um público rural de baixa renda que em geral opera pequenas transações (poucos recursos), representam valores significativos. Apesar de ainda serem limitadas a poucos municípios e terem um quadro social restrito, o funcionamento dessas cooperativas de crédito e a capilaridade que estão conseguindo atingir ressalta o seu potencial e reforça a importância de compreender melhor a maneira como elas conseguem operar as transações financeiras com agricultores de baixa renda. Existe, assim, um grande potencial de crescimento para as cooperativas, no sentido de ampliarem sua participação no mercado de microfinanças no meio rural dos municípios em que atuam, posto que essas modalidades de serviços financeiros dificilmente são ofertadas em condições adequadas àquele público por outro tipo de organização formal.

A Regulação Social do Crédito nas Cooperativas de Crédito Rural Solidárias

Para apresentar os resultados da pesquisa a seguir são expostas as categorias analíticas que orientaram o percurso da investigação. A apropriação dessas categorias analíticas neste trabalho, além de descrever um recorte do fenômeno investigado procurou, sobretudo, desvelar os processos sociais subjacentes às operações de crédito, buscando identificar mecanismos sociais sobre os quais se edificam as atividades financeiras das cooperativas de crédito e dar sentido à proposição de imersão social das relações financeiras.

Proximidade com o Quadro Social

A análise do caso conduz à constatação de que as cooperativas operam sob uma estratégia de proximidade com sua base social, desconcentrando sua estrutura organizacional em PACs para ampliar o nível de controle sobre

as operações nos municípios. Isso foi também observado no caso de outros sistemas cooperativos de crédito da agricultura familiar, como o Cresol no sul do Brasil e a Ascoob na Bahia (Junqueira, 2003; Magalhães, 2005; Schröder, 2005).

As cooperativas utilizam as comunidades, marca singular da forma de organização e convívio do meio rural na Zona da Mata Mineira, como referências socioespaciais de organização de seu quadro social. Como as comunidades são relativamente pequenas e os cooperados se conhecem entre si, facilita a inserção dos diretores nas redes sociais locais e, conseqüentemente, a captação e difusão de informações. Os diretores das cooperativas buscam estabelecer ainda relações com os cooperados que os aproxime nas redes sociais, de forma que, mesmo que um diretor não conheça um cooperado, ele deverá conhecer alguém de sua comunidade que o conheça, dando sentido à noção de transitividade das redes sociais como operada por Ferrary (2003). A estrutura organizacional das cooperativas é encontrada descrita em seus documentos regimentais, mas a maneira pela qual os diretores e cooperados interagem a partir desta estrutura só pode ser compreendida com a observação do cotidiano operacional das organizações, principalmente em dias de liberação de empréstimos. Essa dinâmica interativa, motivada pela proximidade física e social entre cooperados e diretores, tornou-se uma estratégia organizacional, pois é uma via de acesso dos diretores ao quadro social das cooperativas e ao monitoramento dos cooperados e seus investimentos *in loco*.

Esta estratégia é adotada em detrimento de formas mais rígidas de controle, mas não exclui o controle formal, operando sobre imperativos sociais e não apenas competitivos de mercado. Como é observado a seguir, as cooperativas em sua gestão apropriaram-se do substrato social da qual emergiram e mobilizam elementos do contexto como mecanismos sociais de controle do crédito. Isso permitiu, a princípio, que não se adotasse apenas mecanismos formais mais rígidos e seletivos, que poderiam onerar e comprometer as proposições iniciais das cooperativas. A proximidade entre

diretores e cooperados, portanto, torna-se relevante na medida em que a subjetividade das relações é incorporada à organização como um elemento da gestão, no controle e monitoramento do crédito.

O tamanho relativamente pequeno, tanto em movimentações como em número de cooperados, e a desconcentração do processo administrativo das cooperativas favoreceram uma estrutura de governança que envolvia o conhecimento mútuo entre os atores. Esta desconcentração administrativa define a arquitetura organizacional das cooperativas. A criação dos PACs pela Ecosol ZM permitiu um crescimento financeiro, sem se afastar inicialmente de seu quadro social, pois as unidades administrativas de cada município possuíam autonomia para definir suas metas, políticas e formas de gestão. Além disso, no Conselho de Administração da Ecosol ZM foram inseridos todos os coordenadores dos PACs, para que eles tivessem autonomia e mobilidade para assinar cheques e tomar decisões locais. Apesar dessa autonomia, porém, a comunicação entre todas as unidades do sistema é constante, portanto a lógica reside justamente em buscar uma leitura concreta de realidades específicas para propor e operar serviços adequados de forma flexível.

Admissão de Cooperados

A operacionalização da estratégia de proximidade é iniciada no ato de admissão dos cooperados. Para se tornar sócio das cooperativas Ecosol/MG o agricultor precisa, entre outros requisitos, que dois outros sócios ativos preencham uma ficha indicando-o aos diretores da cooperativa. A estratégia da ficha de indicação expressa a complexidade de um mecanismo social de controle. Essa condição à admissão pressupõe a existência de um relacionamento entre estas pessoas, as quais participam coletivamente desse processo. Mesmo sendo uma pessoa desconhecida dos diretores da cooperativa, este novo sócio já deverá fazer parte de uma rede social ligada a eles pelas conexões com os sócios que o indicaram. A participação na rede fornece aos diretores um canal de informações importantes para a elaboração do perfil

desse cooperado. A entrada deste novo sócio pode, a partir do vínculo que ele já possui com quem o indicou, ser um canal de informação sobre outros sócios que a ele se vinculam na rede, bem como ponte de transmissão de informações sobre a cooperativa para outras redes que ainda não estão ligadas a ela. Essa perspectiva sobre as relações é uma chave explicativa da regulação social das operações financeiras.

Sobre essa estratégia da ficha de indicação, que à primeira vista pode ser vista como mera formalidade, uma vez que alguém pode assinar para outro sem nem conhecê-lo, apenas para facilitar a entrada na cooperativa, os diretores da Ecosol comentam alternativamente que:

Uma coisa que eu acho que contribui muito pra a cooperativa é a ficha de indicação. Ela é ótima, porque não tem um cooperado daqui que ele vai indicar uma pessoa que ele não acha legal pra nós. Porque nós já tivemos caso de gente que não conseguiu ninguém pra indicar ele, então não é boa pessoa. Isso consegue estar trazendo pessoas boas pra cá sabe (Entrevistado 12EF, sócio fundador e coordenador geral do PAC de Espera Feliz, 2010).

Em uma reunião de planejamento do PAC Ecosol em Divino, um dos coordenadores do PAC de Espera Feliz que estava presente explicou qual é a concepção dessa estratégia para as cooperativas:

A ficha de indicação é um recurso que a cooperativa tem para ajudar a controlar. Se vocês acham que quem tá querendo entrar não é boa pessoa ou que ele não é bom pagador, não indiquem. Indica só quem conhecer! [...] (Diário de campo, 2010).

A reputação para os agricultores nas comunidades rurais é um bem intangível de grande importância, e sua assinatura indicando outro sócio implica uma relação de corresponsabilidade com ele, atestando-lhe a ele a sua confiança. A preservação da reputação exige a indicação de pessoas que o cooperado julgue confiável e que, por isso, tenha motivos para fazer tal

julgamento. O desenvolvimento da corresponsabilidade resulta num acordo moral implícito entre eles e se torna uma prova de confiança, gerando a expectativa de que a pessoa indicada não manifeste nenhum ato oportunista que possa questionar sua reputação e, assim, de quem o indicou.

As passagens anteriores apontam ainda para a importância das redes sociais e seu papel no acesso a bens e serviços (financeiros) e na transmissão de informações, como sinaliza Marques (2009). Quando se trata de atividades financeiras a informação é um ativo muito importante, pois influencia os processos posteriores à filiação, de análise de risco e concessão do crédito. A informação está relacionada à reputação e ao histórico de alguém, influenciando a decisão de indicá-lo como cooperado e de ser corresponsável por ele, ou não indica-lo quando existe uma reputação negativa ou desconhecida. A informação sobre o cooperado em potencial pode permitir ainda aos gestores conhecerem históricos de crédito, como empréstimos já realizados antes e sua forma de quitação. Assim sendo, o que é explorado/valorizado pelos gestores destas organizações são as informações como recursos imersos nas redes sociais e não a posição ocupada pelos indivíduos nas redes.

Contatos Face a Face e Relações Interpessoais

A proximidade é ainda potencializada pelo contato face a face nas comunidades. É relevante este tipo de relação dos diretores com os cooperados e destes entre si, uma vez que a organização em comunidades estabelece tal espaço como *locus* da sociabilidade no meio rural. O contato direto permite reforçar continuamente os vínculos sociais (Marques, 2007). É neste tipo de relação que a subjetividade do “outro” é expressivamente próxima. A proximidade, como uma das características das relações sociais, é apreendida pelos instrumentos de gestão, incorporando-se aos mecanismos de informação e controle, porém sem uma abordagem estritamente técnica para sua instrumentalização (só as assinaturas, no caso da ficha de indicação).

Os contatos face a face e a proximidade provocam o que Ferrary (2003) chamou de relação extraprofissional entre credores e tomadores nas atividades de crédito. O desenvolvimento de relações amigáveis e personalizadas com os cooperados permite à cooperativa desenvolver um ambiente organizacional favorável à formação da confiança.¹³ As relações amigáveis envolvem o estabelecimento de diversos atos simbólicos que podem fornecer provas da natureza da relação (Ferrary, 2003). O relato a seguir explicita esta relação extraprofissional e dá pistas para sua interpretação no caso do sistema Ecosol.

O atendimento tanto da funcionária quanto dos diretores quando eles estão lá [na sede da cooperativa], da companheirada que tá lá nos dias de empréstimo... Então... Assim, você tá lá e nem parece que é uma cooperativa, é mesma coisa que você está numa reunião, num bate-papo, falando às vezes do sítio de um, da propriedade do outro, falando das coisas do dia-a-dia. Então parece que é um local de bate papo, é um atendimento bem bacana, é um relacionamento com pessoas conhecidas. E faz a diferença, né. É isso que a gente precisa. Você saber que os companheiros que estão ali, que o pessoal é do movimento, saber que... a confiança que a gente tem pela luta dos trabalhos do movimento, acaba sendo a mesma confiança que a gente tem com o pessoal dentro da cooperativa (Entrevistado 1EF, sócio do PAC de Espera Feliz, 2010).

Nos registros de campo, durante a observação de dias de liberação de empréstimo, foi possível perceber as relações pessoais estabelecidas entre os cooperados e destes com os diretores. As sedes da Ecosol ficam cheias de cooperados que conversam entre si sobre assuntos diversos, indicando um ambiente que extrapola a prestação dos serviços financeiros. O coordenador financeiro está continuamente integrado a estas conversas e sempre que se refere a alguma pessoa o chama pelo nome ou pelo apelido, revelando

¹³ Compreende-se também que a personalidade, os contatos face a face, não motivam apenas relações de confiança com resultados positivos, podendo ser foco de relações subversivas, como a fraude, o patriarcalismo, etc., discussão que extrapola os propósitos do artigo.

seu conhecimento sobre os cooperados. Isto significa que a natureza das transações não é puramente mercantil, mas possui também conteúdos simbólicos e sociais. A relação entre credores e tomadores vai além da dimensão profissional da cooperativa como organização financeira formal, ampliando a proximidade entre eles e a possibilidade para o desenvolvimento de relações de confiança. As relações interpessoais antecedem, assim, a operacionalização dos serviços financeiros. Para desenvolver esta afirmativa é preciso ponderar sobre o processo de análise de riscos e concessão de crédito pela cooperativa, em que se concentram as avaliações para liberação de empréstimos.

Análise do Risco e Concessão do Crédito

Nos bancos convencionais a análise de risco leva em consideração principalmente as rendas fixas e os imóveis dos tomadores. Se este fosse o critério exclusivo do sistema Ecosol seu público teria de ser outro, pois grande parte dos cooperados sequer possui um imóvel registrado. Análises de risco com base apenas em perfis objetivos dos negócios tornam-se seletivas em processos de concessão de crédito, podendo levar à exclusão das populações de baixa renda.

Para aprofundar esta questão nas cooperativas de crédito rural solidárias é importante destacar o papel institucional do Comitê de Crédito, principal instância de avaliação e concessão de empréstimos. Este Comitê é geralmente formado por cinco cooperados e o diretor financeiro da cooperativa ou PAC e sua função é avaliar os pedidos mais altos de crédito. Pode-se caracterizar o processo de avaliação do crédito pelo Comitê como um processo de “avaliação social do risco” (Ferrary, 2003), pois congrega uma análise informal (e subjetiva) do tomador junto as questões objetivas, baseada na aquisição de informações por meio das redes sociais.

Durante as observações de processos de avaliação no Comitê em campo e por meio de entrevistas com seus membros, constatou-se a realização de certa tipificação (informal) dos cooperados tomadores de empréstimo

como parte dessa avaliação. A tipificação leva em consideração determinadas características dos cooperados, como a comunidade onde mora, a família à qual pertence, o histórico de crédito nas comunidades e a reputação de forma geral. A análise destas características pelos diretores das cooperativas conduz a representações como as de cooperado “bom pagador”; “pagador, mas enrolado”; “duvidoso”; “muito enrolado” e “desconhecido”, para usar termos registrados no diário de campo durante as observações. Este último está relacionado à falta de informações, principalmente por não pertencer diretamente a redes sociais comuns aos diretores que avaliam o crédito. Tais tipificações interferem na concessão do crédito, especialmente nas dificuldades ou facilidades impostas aos tomadores, conformando um julgamento sobre a capacidade ou honestidade de um cooperado para efetuar um empréstimo sem problemas.

Existe a preocupação nas cooperativas em formar os Comitês de Crédito com cooperados de diferentes comunidades, o que permite ampliar o acesso a informações sobre agentes da rede, prover as avaliações e dinamizar o processo de análise. Ferrary (2003), ao analisar a avaliação de risco em bancos da França, corrobora a ideia de que o pertencimento dos agentes financeiros (diretores e membros do Comitê, no caso desta pesquisa) às redes sociais dos tomadores (cooperados) qualifica a avaliação e pode reduzir os custos de monitoramento.

No caso da Ecosol ZM a dinâmica desse processo de análise do risco considera

[...] o cadastro do cooperado para ver se ele tá no SPC ou Serasa, a capacidade de pagamento dele. Hoje a gente não tem um cadastro totalmente diferenciado que permite ver as ações dele a nível de sistema financeiro. Mas temos o sistema da cooperativa e os cadastros aí do SPC e Serasa. Mas se o cara é de uma comunidade e ele tem o costume de pagar direitinho os débitos dele, isso com certeza é pontuado também. Se ele é da comunidade e é conhecido e não tem costume de cumprir direitinho os débitos dele, naturalmente ou é abaixado o valor do empréstimo ou é negado.

Notícia boa, cidade pequena tem essa vantagem, circula rápido, viu. Nas comunidades a gente fica sabendo de tudo, todo mundo é conhecido. Essa informação é a mais barata para a cooperativa. Naturalmente a gente pede à pessoa para arranjar um avalista, que geralmente deve ser um vizinho né, aí o vizinho vira e fala assim: tá de brincadeira né, ser avalista desse cara? Então aí naturalmente a gente já sabe que existe alguma pendência dele (Entrevistado 4T, sócio fundador da Ecosol Tombos, coordenador financeiro da Ecosol ZM e Leste de Minas, 2010).

Pode-se constatar que a imersão dos diretores nas redes sociais lhes possibilita conhecer a reputação dos cooperados, o que se torna um mecanismo social de regulação à medida que condiciona a liberação do crédito. Isso, no entanto, não exclui a utilização de avaliações técnicas, como o uso de consultas ao SPC e Serasa. A proximidade entre credor e tomador amplia o conhecimento mútuo e pode fortalecer a confiança, possibilitando reduzir o risco moral inerente às transações e flexibilizar a concessão dos empréstimos. Para Ferrary (2003), a importância operacional desta forma de avaliação para as organizações financeiras não se concentra apenas em fatos financeiros ou contábeis, mas na reputação do indivíduo em sua comunidade e na confiabilidade dos avaliadores sobre ele.

Jones, Hesterly e Borgatti (1997) analisam a reputação como um mecanismo social de governança, como uma salvaguarda nos intercâmbios econômicos. A reputação envolve a estimativa de um caráter, habilidades, confiabilidade e outros atributos importantes para a realização de transações. Para os autores, a reputação como mecanismo social de governança atua sobre as transações ao possibilitar o intercâmbio de salvaguardas das relações por difusão de informações sobre os comportamentos das partes envolvidas. Antecipar um comportamento confiável da outra parte, com base numa reputação confiável, constitui um fator relevante para reduzir incertezas e efetuar uma transação. Essa antecipação do comportamento, como uma expectativa gerada sobre a reputação de alguém, é o resultado das avaliações de crédito verificadas nas cooperativas analisadas, constituindo um determinante para a liberação dos empréstimos.

A avaliação do crédito baseada em mecanismos sociais, como a reputação e a confiança, fornece informações qualificadas [e de baixo custo] para que os diretores das cooperativas saibam com quem estão transacionando. A circulação de informações que indiquem uma reputação negativa, quando apropriadas à avaliação, reduz significativamente a possibilidade de concessão de empréstimos. Para que os mecanismos sociais sejam efetivos como mecanismos de governança é preciso que as informações fluam pelas redes sociais e estejam acessíveis a seus membros (Jones; Hesterly; Borgatti, 1997). Por isso, a informação como um recurso das redes sociais é valorizada na gestão das cooperativas. E o acesso a elas, como ficou evidente, é possível por meio da proximidade estabelecida e mantida entre diretores e cooperados e destes entre si num modelo de organização social a partir das comunidades.

O “Aval Solidário”

A utilização do avalista por estas cooperativas também se insere nesta perspectiva de regulação social. O aval é denominado pelos diretores das cooperativas do sistema Ecosol/MG como “aval solidário”. O que eles denominam de aval solidário, entretanto, não parte de um empréstimo coletivo (apesar de existir uma experiência coletiva em curso em Tombos). Para os diretores, o aval é solidário porque é feito por pessoas conhecidas, “em solidariedade com o companheiro” (Diário de campo, 2010).

A estratégia do aval nessas cooperativas, apesar de se assemelhar ao aval tradicional (individual), distingue-se ao buscar no ordenamento territorial a partir de comunidades o lastro social necessário ao monitoramento do crédito. O empréstimo é individual, mas os avalistas precisam ser, preferencialmente, da mesma comunidade, com boa reputação e histórico “limpo” na cooperativa. O cerne desta estratégia consiste em que vizinhos conhecem melhor os detalhes das atividades econômicas, da capacidade de pagamento

e dos históricos de crédito uns dos outros, o que facilita o monitoramento e amplia o controle sobre os investimentos realizados. O trecho de entrevista a seguir é esclarecedor sobre essa concepção de aval solidário.

O que é aval solidário? Eu vou avalizar para o Fulano, que eu conheço, que mora na minha comunidade... Porque se der algum problema eu posso chegar perto dele e falar: 'ô Fulano, seu empréstimo tá atrasado cara! Eu não quero que meu nome fique sujo por causa disso. Quê que eu posso te ajudar? Quê que tá acontecendo? Tem algum problema que não está dando para você pagar? Vamos ver o que podemos fazer pra te ajudar. Eu considero aval solidário é isso. Por isso que eu falo com os sócios, nunca... Porque tem uns sócios folgados... Quer arrumar avalista na hora, quer que a gente indica avalista. A gente nunca indica, porque não é legal e nem pode. Então, assim, o que pode ser feito e que a gente acaba fazendo é que quando o sócio não sabe quem da comunidade dele que é sócio aí a gente fala os nomes de alguns sócios. Aí ele pergunta quais desses pode ser o avalista, e a gente fala: não, aí é você que vai ter que ver e conversar. O empréstimo só é feito com a presença do avalista, tem que trazer o avalista pra pegar o empréstimo (Entrevistado 12EF, sócio fundador e coordenador geral do PAC de Espera Feliz, 2010).

Esta explicação pode ser complementada com o fragmento do relato de um sócio do PAC Simonésia, registrado em diário de campo durante uma reunião em Tombos:

Eu já sei para quem eu posso avalizar. Eu já conheço e peço gente da minha comunidade. Já saí fora de muitos que eu não confiava. A confiança é que faz eu escolher, não vou ser [avalista] de qualquer um não! (Diário de campo, 2010).

Da forma como acontece no sistema Ecosol/MG, os cooperados também sofrem pressões morais do grupo (nesse caso, de vizinhos) para pagamento dos empréstimos, mesmo que não sejam coletivos, posto que a organização territorial em comunidades facilita o monitoramento por meio das relações cotidianas de vizinhança e parentesco. O lastro do empréstimo

é baseado nestas características e dinâmicas comunitárias, configurando um papel importante aos mecanismos sociais no acompanhamento do crédito acessado nas cooperativas.

Nessas cooperativas o aval não pode ser cruzado, ou seja, dois cooperados se avalizarem mutuamente. Assim, cada cooperado só pode ser avalista de apenas um empréstimo e não pode ser avalizado por quem ele já é avalista. Não obstante o formato individual do aval semelhante às formas convencionais, da forma como é operacionalizado no caso particular em análise permanece a essência de um “colateral social” (Neri, 2008) nas operações de crédito. Existe um custo econômico para os não pagadores oportunistas, uma vez que ser “devedor” e/ou “mau pagador” inibiria a possibilidade de novos avalistas na comunidade e, conseqüentemente, de novos empréstimos – este tipo de informação circula rapidamente entre os membros de uma comunidade. Tais constatações aproximam-se do pressuposto de que as relações sociais modificam a regulação econômica.

Essa dinâmica singular que marca a operacionalização do crédito por essas cooperativas inspiram reflexões sobre sua gestão. Em síntese, o aprendizado da gestão das cooperativas, o domínio do cotidiano operacional, não é exclusivamente uma competência intelectual, que pode ser apropriada fora do ambiente em que é construído. É, além de técnica, uma competência especificamente social incorporada ao ambiente organizacional, que só pode ser acumulada por uma interação com este ambiente e suas rotinas operacionais, resultando numa forma de capital social. É por este motivo que agricultores familiares que antes se envolviam prioritariamente com o trabalho agrícola, se engajaram na gestão de uma organização financeira e passaram a coordenar uma constelação de redes sociais como instrumentos de regulação da atividade econômica. São estes elementos que circunscrevem as estratégias de desenvolvimento organizacional e que fazem parte do processo de institucionalização dessas cooperativas na Zona da Mata de Minas Gerais.

Considerações Finais

Organizados formalmente em cooperativas de crédito, os agricultores vinculados à Ecosol conseguiram acessar serviços financeiros para o desenvolvimento de suas atividades econômicas. Os mecanismos sociais de regulação das operações financeiras contribuíram com a ampliação do portfólio de serviços financeiros formais, de baixo custo e risco mínimo, pois, de outra forma, dificilmente haveria êxito no atendimento das demandas financeiras dos agricultores familiares. O estudo de caso aqui analisado confirma, pois, a importância da cooperação e do associativismo como mecanismos de mobilização social e dinamização econômica, especialmente para o atendimento das necessidades financeiras, essenciais para a sustentabilidade das unidades familiares de produção.

A particularidade das cooperativas de crédito do sistema Ecosol/MG é identificada desde a assimilação de pressupostos sociopolíticos (herdados dos movimentos sociais que as constituíram) na operacionalização dos serviços financeiros e a construção de uma lógica particular às operações financeiras, baseada na proximidade entre cooperados e gestores. Os gestores beneficiam-se da proximidade com os cooperados na redução de incertezas diante da amplitude de informações que conseguem acessar e na flexibilização da concessão do crédito. A proximidade permite ampliar a capacidade de mecanismos sociais de controle, como a reputação, que se torna um ativo intangível, um recurso importante na regulação social das operações financeiras. A confiança, neste contexto, torna-se um catalisador na operacionalização do crédito.

A regulação social das operações financeiras nessas cooperativas orientou-se por alguns fatores importantes que fundamentam as estruturas e práticas organizacionais nas cooperativas de crédito do sistema Ecosol/MG:

- i) A *proximidade*: que permite ampliar as interações entre os membros de uma organização e aprofundar o conhecimento mútuo.

- ii) *O tempo da relação entre os sócios*: quanto maior o tempo de relacionamento, maior poderá ser a aprendizagem individual e coletiva. A confiança, neste caso, está ligada ao conhecimento mútuo, que possibilita parâmetros concretos para analisar a reputação e antecipar comportamentos. Nesse sentido, uma perspectiva de longo prazo nas relações cooperativa/cooperado contribui para a formação da confiança.
- iii) *Qualidade e intensidade das informações prestadas*: informações claras e compreensíveis sobre as movimentações financeiras da cooperativa, assim como outras necessárias ao entendimento da dinâmica organizacional, são essenciais para a fidelização dos sócios e a confiança na organização.

Os mecanismos sociais de regulação do crédito nessas cooperativas assumem a forma de estruturas de governança, concepções de controle ou normas de transação financeira, que permitem aos atores construir novos padrões de relacionamento financeiro. A proximidade é uma característica que permeia as dinâmicas relacionais e operacionais nestas organizações e de suas interações nos mercados.

A estratégia da proximidade na operacionalização do crédito, nestas circunstâncias, tem pelo menos três implicações qualitativas e competitivas para as cooperativas: i) ampliar a compreensão sobre os negócios dos cooperados e, por conseguinte, sobre suas demandas financeiras; ii) facilitar a captação de informações sobre os cooperados e a difusão de informações sobre a cooperativa e iii) promover a criação e/ou fortalecimento de vínculos de confiança entre os cooperados e dirigentes da cooperativa. Tais implicações possibilitam formular produtos e serviços mais adequados à realidade socioeconômica e produtiva de seu público e captar informações qualificadas para a avaliação de risco, atuando diretamente na minimização dos problemas de risco moral e seleção adversa.

Tais experiências, portanto, não são facilmente replicáveis em qualquer contexto e lugar. O caso analisado permite inferir que elas são a convergência de densas redes sociais, de grupos coesos de agricultores

familiares que estão conectados entre si também pela ação sociopolítica de outras organizações, como sindicatos e associações. A confiança que sustenta as operações financeiras nestas organizações não é produzida em mobilizações pontuais e imediatistas, mas decorre de processos históricos de interação social e cooperação que são anteriores à constituição das cooperativas. A efetividade da regulação social do crédito diz respeito a um contexto específico, que se caracteriza principalmente pela inscrição das organizações em redes de parentesco e vizinhança e por um quadro social de tamanho ainda limitado, o que facilita os relacionamentos pessoalizados.

O aparato técnico-operacional das organizações é modelado por aquele contexto, o que contribui para a adequação das estratégias de controle e monitoramento do crédito à realidade do público com o qual a cooperativa interage. Isto colabora para a ampliação do acesso dos agricultores familiares a serviços financeiros formais, o que pode possibilitar o planejamento da renda e o fortalecimento das estratégias de reprodução das famílias. Para que as cooperativas alcancem de fato esse objetivo, no entanto, elas precisam ser sustentáveis economicamente e operacionalmente eficientes, o que implica a articulação entre a dimensão sociopolítica e outras dimensões do funcionamento dessas organizações, como a normativa e a operacional.

É preciso considerar também que as relações sociais de proximidade não exprimem apenas a confiança como seu atributo, podendo ainda ressaltar formas de perversão e contradição. Neste texto, porém, buscou-se dar ênfase às relações simétricas de confiança como opção analítica para alcançar o objetivo proposto. Será necessário, contudo, que futuras pesquisas superem esta limitação para dar maior amplitude e profundidade ao caso, considerando as assimetrias nas relações e as disputas de poder que definem a estrutura das redes sociais formadas pelos cooperados. O uso do método de análise de redes sociais, evidenciando sua representação gráfica, densidade, coesão e outras características morfológicas, é um recurso recomendável para futuras pesquisas, buscando mapear as redes sociais e identificar a repercussão de suas configurações sobre as transações.

Sugere-se ainda uma agenda de pesquisa que busque investigar quais estratégias são adotadas por estas organizações para crescerem e se tornarem sustentáveis economicamente, mas ao mesmo tempo não se tornarem seletivas a ponto de excluírem o público rural de baixa renda. Adicionalmente, os conflitos políticos oriundos desta dinâmica e as inflexões que venham a sofrer estas organizações constituem questões relevantes para outras investigações.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. Entre Deus e o Diabo: mercados e interações humanas nas ciências sociais. *Tempo Social*, v. 16, n. 2, p. 35-64, 2004.

_____. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*, v. 4, n. 2, p. 379-397, 2000.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições Setenta, 2009.

BÚRIGO, Fábio. L. *Cooperativa de crédito rural: agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte?* Chapecó: Argos, 2007.

_____. *Finanças e solidariedade: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil*. 2006. 374f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

CASTILLA, E. J. et al. Social Networks in Silicon Valley. In: LEE, C. M. et al. (Orgs.). *The Silicon Valley Edge*. Stanford: Stanford University Press, 2000. p. 218-247. Disponível em: <<http://www.stanford.edu/dept/soc/people/mgranovetter/documents/gransocnetsilvalley>>. Acesso em: 6 set. 2010.

CORAGGIO, José. L. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, G. (Org.). *Economia solidária dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Salvador: Vozes, 2000. p. 191-198.

FERRARY, Michel. Trust and social capital in the regulation of lending activities. *Journal of Socio-economics*, n. 31, p. 673-699, 2003.

FLIGSTEIN, Neil. Mercado enquanto política: Uma abordagem político-cultural às instituições de mercado. In: MARQUES, R.; PEIXOTO, J. (Orgs.). *A nova sociologia econômica*. Oeiras, Portugal: Celta Editora, 2003. p. 195-227.

FRANÇA FILHO, Genauto C.; LAVILLE, Jean. L. *Economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FUKUYAMA, Francis. *Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade*. Tradução Alberto Lopes. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

GAMBETTA, Diego. (Ed.). *Trust: making and breaking cooperative relations*. Oxford: Basil Blackwell, 1988.

GRANOVETTER, Mark. *Economic Institutions as Social Constructions: a Framework for Analysis*. Paper prepared for the CREA conference on The Economics of Conventions. Paris, 1991.

_____. Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness. *American Journal of Sociology*. v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.

_____. The strength of weak ties: a network theory revisited. *Sociological Theory*. v. 1, p. 201-233, 1983.

_____. The strength of weak ties. *American Journal of Sociology*. v. 78, n. 6, p. 1.360-1.380, 1973.

JONES, Candace; HESTERLY, Willian. S.; BORGATTI, Steve. P. A general theory of network governance: exchange conditions and social mechanisms. *Academy of Management Journal*. v. 22, n. 4, p. 911- 945, 1997.

JUNQUEIRA, Rodrigo. G. P. *Finanças solidárias e agricultura familiar*. 2003. 119f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Departamento de Economia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

KIRSCHBAUM, Charles. *Mecanismos mediadores entre controle e confiança*. Insper; IBMEC: São Paulo, 2010.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *A construção do saber*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LOCKE, Richard. M. Construindo confiança. *Econômica*, v. 3, n. 2, p. 253-281, 2001.

MAGALHÃES, Reginaldo. *Economia, natureza e cultura: uma visão histórica e interdisciplinar dos sertanejos, dos mercados e das organizações no sertão da Bahia*. 2005. 150f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Departamento de Economia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MARQUES, Eduardo. C. L. As redes sociais importam para o acesso a bens e serviços obtidos fora de mercados? *Revista Brasileira de Ciências Sociais/Anpocs*, v. 24, n. 71, p. 25-40, 2009.

_____. Os mecanismos relacionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais/Anpocs*, v. 22, n. 64, p. 157-161, 2007.

_____. Redes e instituições na construção do estado e de sua permeabilidade. *RBCS – Rev. Bras. de Ciências Sociais*, v. 14, n. 41, p. 45-67, 1999.

NERI, Marcelo (Org.). *Microcrédito: o mistério nordestino e o grameen brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

PETRINI, Jean. C. *CEBs: um novo sujeito popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

SCHRÖDER, Monica. *Finanças, comunidades e inovações: organizações financeiras da agricultura familiar – o sistema Cresol (1995 a 2003)*. 2005. 215f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, Unicamp, Campinas, 2005.

SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. (Orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003.

SMELSER, Neil. J.; SWEDBERG, Richard. (Eds.). *The Handbook of Economic Sociology*. Princeton University Press: Nova York, 1994.

STEINER, Philippe. *A sociologia econômica*. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

SWEDBERG, Richard. Sociologia econômica: hoje e amanhã. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, v. 16, n. 2, p. 7-34, 2004.

VERGARA, Silvia. C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 1998.

Recebido em: 26/10/2014

Aceito em: 22/4/2015